



ÁREA TEMÁTICA: Família e Género

Família e Relações de Género em mudança: que desejos e sonhos povoam o imaginário das jovens mulheres?

SALES, Celecina de Maria Veras

Doutora em Educação

Universidade Federal do Ceará

celecina@secrel.com.br

Resumo

As mudanças ocorridas nas famílias do campo do nordeste brasileiro têm forte influência da questão fundiária, das novas tecnologias e conquistas de direitos das mulheres. As precárias condições de vida as impelem a lutar pela terra através do conflito. Isso dá uma nova configuração à família. A área estabelecida pelo Estado inviabiliza a permanência do grupo familiar extenso. No período do conflito, os grupos oriundos de diversas localidades experimentam uma vida colectiva e diferentes formas de sociabilidade. Agregada a essas questões tem a mobilidade da juventude nos sentidos campo-cidade-campo. Observam-se visíveis diferenças no modo de vida entre gerações e dispositivos de mudanças nas relações de género. Estariam as jovens e as famílias vivendo um processo de deslocamento de normas, papéis, comportamentos e valores sociais? Estariam abertos às novas visibilidades em relação ao sistema sexo/género?

Palavras-chave: Família, Género, Juventude





1 Factores de mudanças

Escrever esse artigo tem o pulsar de uma contradança repetindo um compasso entre dois mundos, espaços e tempos diversos. Pensar mudanças ocorridas nas famílias do campo do nordeste brasileiro é sentir a melodia de uma música triste que retrata uma paisagem cruel, é também dar passos em ritmos rápidos no tempo, que possam conduzir a travessia do oceano. Brasil e Portugal, danças, ritmos e compassos que se entrelaçam.

A questão fundiária no Brasil, processo longo de concentração de terra, tem sua origem desde a ocupação das terras brasileiras pela coroa portuguesa, quando, por volta de 1534 e 1536, dividiu o Brasil em lotes, denominados Capitânicas Hereditárias.

Nessa contradança, o latifúndio faz par com o trabalho escravo e cria seu ritmo próprio, o sistema de dominação. A abolição da escravatura em 1888, não o desestabilizou, uma vez que desde o fim do tráfico de escravos até a abolição, o latifúndio em uma prática performativa inverteu papéis, pois quando o trabalho se tornou livre, a terra já estava cativa, através da Lei de Terras (1850) que determinou o direito de propriedade por meio de compra e venda.

A concentração de terra perdura e se agrava em alguns períodos, sempre com a marcante característica do compasso da dominação política, ou seja, o poder político bailando com a grande propriedade da terra. No século XX, a partir da década de 1970 um novo modelo agropecuário se implanta visando a modernização através da mecanização (Sauer, 2003). Esse modelo trouxe profundas mudanças na base produtiva, inovações tecnológicas, e também acelerou a expropriação dos pobres do campo resultando na expulsão de milhares de famílias, impelindo-as para as cidades (Martins, 1986).

No início do século XXI os dados apontados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA demonstram a permanência da concentração, quando revelam que no Brasil apenas 2,7% dos proprietários detêm 57% das terras agrícolas.

A história tem mostrado uma relação de conflito com sérias conseqüências. Analisando os movimentos de resistência se percebe que as famílias camponesas não foram espectadoras desse processo, mas tiveram a capacidade de reivindicar por justiça no campo.

Nas décadas de 1940 e 1950 o debate sobre os problemas sociais do campo e a necessidade da reforma agrária é colocado em pauta. A visibilidade dessa questão se fortalece com o surgimento das Ligas Camponesas, organização de trabalhadores (as) do campo, criada em 1955 no Nordeste.

Pensar a luta como forma de contradança reinventada, como performance, pode-se dizer que ela se alimenta e se concretiza na afirmação do saber-poder desses movimentos. A expansão da luta pela Reforma Agrária resulta na extinção das Ligas Camponesas pela ditadura militar de 1964, momento em que contava com cerca de 80 mil pessoas (Vicente et al., 2003).

Nesse novo contexto não havia espaço para uma luta pela mudança das desigualdades sociais no campo e nem na cidade. A força e a violência da ditadura sobre os movimentos arrefeceram as organizações, que iriam se reorganizar no final da década de 1970 e início de 1980.

Na década de 1970 começaram as ocupações de terra, organizadas com o apoio da parte progressista da Igreja Católica, que resistia à ditadura. Com a abertura política o número de conflitos cresceu, e também a violência. Entre o ano de 1980 a 1985 ocorreram 555 assassinatos no campo (CPT, 2007).

As Ligas Camponesas, como tantos outros movimentos, foram desarticuladas, proscritas e, em 1984, reaparece outro movimento, sob um novo corpo, como veículo, meio concreto de expressão da arte performativa de resistência, que, numa acção radical, se movimenta contra as regras e papéis sociais atribuídos e mexe no sistema de dominação. Esse é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –



MST. Sua acção tem a linguagem e a arte do espaço, arrisca ocupando a rua, as instituições públicas e o latifúndio.

A ocupação de terra no Brasil, a partir dos anos de 1980, tem características muito próprias. O movimento que as famílias desenvolvem remete a uma dança muito popular no campo nordestino, a quadrilha. Com raízes no rural, a quadrilha é uma contradança europeia que se popularizou na França chegando aos salões aristocráticos. Ela foi trazida para o Brasil, no período imperial e foi sofrendo transformações.

A quadrilha era uma dança formada por diversos pares ou grupos. Como na quadrilha, a ocupação de terra é feita em grupo, e seu movimento é sempre recriado, mas existem passos da dança que se repetem. Ela requer sempre uma marcação, alguém que orienta a coreografia no próprio momento da dança.

Na ocupação geralmente os grupos de famílias vêm de localidades diversas, orientadas pela marcação dos movimentos sociais. Cada grupo de família faz seu próprio percurso até chegar ao local de acampar. Ao chegar, os passos mais comuns são armar seu 'barraco' de lona, e a partir de então, criar uma organização. As famílias passam a partilhar atividades e vida em comum, muitas delas não se conheciam antes do dia da ocupação.

Como na quadrilha, existem passos pré-determinados pelo MST que foram construídos na própria maneira de fazer ocupações, embora isso não implique em um modelo, mas uma arte de combinar algumas táticas já prescritas, uma determinada linguagem, o uso de símbolos com novas astúcias.

A ausência de laços afetivos e de parentesco entre famílias faz surgir entre elas novas modalidades de se agregar, de refazer as relações, de lidar com as diferenças. A organização das famílias propõe um *balancer* (balanço) constante, cada dia se torna uma possibilidade de construir modos de existência.

As famílias rurais, quando ocupam a terra, buscam moradia e trabalho e têm de inventar dispositivos de como gerir o trabalho coletivo e a solidariedade. As famílias acampadas, muitas delas camponeses, não se enquadram mais no cenário traçado por Wolf (1976), porquanto a vida no acampamento oferece outra experiência, o trabalho é coletivo, a condição econômica naquele determinado momento é a mesma para todos e os laços de parentesco e co-parentais tornam-se bastante resumidos.

O próprio ordenamento das moradias, do trabalho são ressignificados, é uma forma de viver acampado. O acampamento é um ato político, domínio de um meio, é construir um abrigo, é lançar mão de um território. "A marcação de um território é dimensional, mas não é uma medida, é um ritmo" (Deleuze, et al.1997:122).

O modo de vida no período do acampamento apresenta desconforto, insegurança, imprevisibilidade e às vezes, violência. Entretanto, os jovens se sentem seduzidos pela vida em comum, pelo perigo, pelo sabor de transgressão que a luta política exige. Ao ocupar a terra desmonta-se o princípio de propriedade, invertem-se posições, rompem-se valores, quebram-se concepções (Sales, 2006a).

Essa dança vai tomando outro ritmo quando as terras são desapropriadas e o antigo acampamento torna-se assentamento, ou seja, quando o Estado desapropria a terra e as famílias podem legalmente reorganizar uma nova unidade de produção.

No assentamento os adultos das famílias querem retornar aos antigos passos, voltar a fazer sua própria marcação, e os jovens desejam manter o ritmo do acampamento.

No assentamento as famílias começam a retornar a rotina, os pais querem que os filhos repitam apenas os passos que dão cadência harmônica e igual como na coreografia do *Caminho da Roça*, onde rapazes e raparigas em fila indiana seguem o passeio dançando. Enquanto os jovens querem passos mais livres como *Grand moulinet*, onde os pares brincam livremente, fazem o que querem em grande animação.

O assentamento para os pais tem o sentido de enraizamento, de territorialização, possuir a terra, poder gerir sua produção, participar de projetos governamentais.



A juventude quer dançar, mas de uma forma outra, inventando novas regras. Ela percebe que o espaço da dança é móvel, quer fazer escolhas, passar por experimentações diversas. O desejo de mobilidade faz parte dos seus projetos.

Como diz Guattari (1992: 169), “o ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado”. O autor explica que “seus territórios etológicos originários – corpo, clã, aldeia, culto, corporação... não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, mas se incrustam, no essencial, em universos incorporais” (ibidem).

Muitos jovens, embora entendam a importância da conquista da terra, querem uma vida nômade. “Os jovens nômades não são somente os viajantes, os migrantes, mas também os jovens que permanecem no assentamento, instituindo formas criativas de fugir ou fazer fugir situações adversas para sobreviver no campo” (Sales, 2006b:136).

Essa mobilidade da juventude tem se caracterizado como a saída do campo para cidade, mas também com retorno temporário para o campo. A saída do campo tem sido na sua maioria por mulheres jovens.

1.1 Campo fértil às mudanças

As novas tecnologias vêm se constituindo um fator de mudanças sociais económicas e das formas de comunicação, o que reflecte na organização e estilo de vida da família.

O campo brasileiro, desde a década de 1970, tem passado por transformações advindas da modernização conservadora, com a introdução de máquinas, embora os camponeses ainda na sua quase totalidade utilizem algumas máquinas associadas às antigas ferramentas de trabalho: enxada, facão e foice.

A construção de estradas tem facilitado a aproximação entre campo e cidade, mesmo que ainda existam muitos assentamentos no Ceará distantes de rodovias.

A diminuição do isolamento do campo não garante algumas condições de acesso a determinados bens e serviços, isso significa uma transformação muito mais lenta. Como afirma Castells (2002) em termos gerais a proximidade dos centros de inovação das novas tecnologias acelera a transformação, e esses centros no mundo se localizam em áreas metropolitanas.

Mesmo no seu ritmo, a paisagem, o modo de vida, as formas de interação, os valores, a comunicação e a organização no campo vêm mudando. A família extensa deu lugar à família nuclear. A diminuição do analfabetismo trouxe a mudança da cultura oral para cultura letrada.

As expressões artísticas e culturais foram se redefinindo, a quadrilha, por exemplo, quando chega ao sertão do Nordeste se adapta à estética local.

As novas tecnologias trazem mudanças também no sistema de crenças e códigos. O campo, outrora isolado, interligado apenas pelo rádio, vai se modificando com a chegada de outras formas de comunicação e informação – televisão, o *digital vídeo disc* e o celular.

No caso dos jovens, o próprio corpo vai se modelando, criando uma estética urbana/rural. A indumentária dos jovens, fora do trabalho da roça, já não difere dos jovens urbanos. Os apelos do consumo povoam o imaginário dos jovens.

Essa convivência diária com pequenas cidades e/ou distritos, a televisão na sala da casa, são fatores que têm influenciado as mudanças de hábitos e costumes. Militantes do MST e alguns jovens assentados se deparam com o computador, se conectam, entram no circuito e rompem as fronteiras da sua comunidade, assentamento.

No estado do Ceará existem dois assentamentos com experiência de inclusão digital através do projeto piloto desenvolvido pelo Centro Rural de Inclusão Digital (CRID), criados em 2004 e 2005. Esses centros (CRID), contam com a participação de todos os membros da família, crianças, jovens e adultos,



possibilitando com isso, o acesso a informações, oportunidade de manusear máquinas, receber formação e assistência técnico-pedagógica, presencial ou à distância” (Borges Neto, 2006).

Ao acessar a internet os indivíduos descobrem novos espaços, onde se desenvolvem teias de relações, redes de discussões, lugar para compartilhar experiências, conhecimentos, emoções, sensações.

A jovem comenta:

“Aqui chegou televisão, som, também tem muitas pessoas que tá entrando na era digital, tem celular que também tá fazendo parte daqui, o telefone público. O celular tem lugar que não pega, mas só precisa de antena”.

Além da tecnologia, da mobilidade e da educação, outro fator importante que criou condições sociais específicas que favoreceram mudanças foi a organização política das mulheres.

As conquistas das mulheres no campo de direitos sociais tiveram influência das lutas mais gerais e das conquistas do movimento feminista que ocorreram no país e no mundo. Nesse processo organizativo as trabalhadoras rurais vão formando uma rede de comunicação e significados.

Na segunda metade da década de 1980 as mulheres camponesas começaram a consolidar sua organização, e as principais lutas têm sido pelo reconhecimento civil, trabalhista, pelo direito de ter o título da terra e por participação política.

As conquistas obtidas em forma de leis não garantem rupturas e, voltando à quadrilha, a grande maioria das mulheres camponesas ainda não chegou ao passo *traverser de dâmes, en avant*, que consistiria em atravessar para o outro lado.

Entretanto, convém ressaltar que nessa dança existem mulheres camponesas experimentando novos passos, ritmos, compassos. São aquelas mulheres que entram no campo político, em geral elas passam a se reconhecer como detentoras de direitos, e essa nova postura desencadeia um início de ruptura com alguns comportamentos e valores do modelo familiar tradicional pautado na reprodução patriarcal. Nas últimas três décadas, as conquistas e mudanças influenciaram diretamente a redefinição do papel das mulheres e das famílias. Sobre as mudanças na família uma camponesa comenta:

“Hoje tá diferente, de primeiro tinha até aquela historia que dizia assim, ‘a mulher só manda da cumeeira pra cozinha’ e ‘o homem só manda da cumeeira pra sala’. A mulher mandava pra cozinha e o homem mandava pra sala, mulher não tinha direito de falar, nem alguma coisa que o marido fosse fazer a mulher não tinha o direito de dizer nada e hoje se o marido vai fazer um negócio ela pode dizer ‘meu filho será que vai dá certo?’ e ele pode perguntar assim, o João pergunta assim, ‘oh minha filha será que esse negócio vai dá certo eh’, mas nesse tempo não, não podia dá pitaco”.

2 Nova configuração à família

A nova configuração da família é como uma dança que move e aquece o corpo, dança da criação que desperta e interroga o passado e o presente.

Pensar as transformações ocorridas na família rural do Ceará, do início do século XXI, requer uma volta aos modos de vida e padrões de comportamento do passado. Para captar esse movimento entre o passado e o presente trago o olhar, observações e as lembranças das mulheres.

As mudanças de comportamento e modos de vida são sempre associadas a modificações dos valores sociais. São diversas as convergências e divergências sobre o estudo de valores, entre elas as diferentes tipologias, que compreendem desde valores considerados universais até os básicos, os sociais e os pessoais. Na concepção de Porto et al. (2003), fundamentados em Schwartz (1992), os valores são metas que servem de princípios para orientar, conduzir a vida dos indivíduos, seguem certa ordenação de acordo com seu grau de importância e constitui o sistema de valores, este, formado por uma estrutura mais geral



que diz respeito a todos os aspectos da vida e outro mais específico, como por exemplo, a família, a religião, o trabalho.

Ao realizar o estado da arte sobre valores, Gouveia (2003: 432) coloca a dificuldade de sua conceituação, “uma vez que os valores são usualmente definidos com referência a outros construtos”. A autora apresenta o entendimento de diversos autores acerca de valores, para estes, os valores são considerados como “tipos específicos de necessidades (Maslow, 1954), atitudes (Levy, 1990) e crenças (Rokeach, 1973), ou como uma combinação de crenças e concepções desejáveis (Schwartz & Bilsky, 1987), metas, necessidades e preferências (Dose, 1997)”.

Sobre essa mesma dificuldade, Pais (1998) faz referência e ressalta a ambigüidade que envolve o conceito, quando são identificados como crença, estratégia de adaptação, normas, atitudes.

As mudanças de valores, de padrões de comportamento e atitudes, vividas por diferentes gerações devem levar em conta que o tempo das gerações não pode ser dissociado do seu sentido histórico e social (Mannheim, 1990) e também da família que é sua referência. É importante enfatizar que toda e qualquer geração não é homogênea. Ao falar das mulheres adultas e jovens dos assentamentos considera-se aproximações pela idade, território e classe social, embora reconheça que existam trajetórias diversas que interferem nos valores.

Para pensar os valores nos assentamentos, é relevante compreender a interação e as tensões entre o grupo de mulheres jovens e adultas. A partir da concepção de Mannheim (1990) percebe-se que os grupos etários pesquisados, cada um deles é formado por pessoas nascidas em uma mesma época, com experiências de vida e formação semelhantes, e que experimentaram acontecimentos históricos significativos e comuns.

As mulheres adultas viveram um período marcado por acontecimentos históricos que interferiram diretamente no seu grupo etário, como o período de ditadura militar (1964-1984) no país e seus reflexos nas organizações camponesas e na reforma agrária, a modernização do campo (final da década de 1960), as lutas e conquistas do movimento feminista no Brasil (1970-1980) e suas repercussões nos direitos sociais e organização das trabalhadoras rurais.

Acompanhar o bailado dessa outra imagem do campo não é fácil, uma vez que são visíveis as mudanças, desde a paisagem modificada, até, e principalmente, os modos de vida dos grupos que o habitam. Autores como Shanin (1983), caracterizam o campesinato como uma estrutura social específica com alguns traços recorrentes. O campesinato como entidade social específica pode ser observado em diferentes modos de produção, em diferentes épocas e em diferentes lugares.

Nos assentamentos rurais do nordeste brasileiro do século XXI permanece uma economia voltada para a agricultura, extrativismo e artesanato, com ênfase no cultivo. Na tradicional família camponesa, segundo Chayanov (1974), o pai era o administrador do processo produtivo. Era ele quem alocava a força de trabalho e decidia sobre o plantio, comercialização e produção, embora, contasse com o esforço de todos os membros da família.

A divisão do trabalho familiar sofre flexibilidade conforme a composição de cada família, isso implica um envolvimento maior ou menor das mulheres. Nesse sentido, pode-se pensar que não ocorreram mudanças, apenas permanência no que se refere ao trabalho familiar?

Um caso bem peculiar na pesquisa demonstra alterações com relação ao trabalho das mulheres. Uma camponesa explica:

“Hoje a mulher ainda trabalha na roça sim, agora menos, porque agora trabalham em fábricas, aqui acolá uma sai, por que trabalhando na roça elas não têm dinheiro, por que o que tira da roça é vendido por pouco valor, aí elas resolvem aqui acolá trabalhar dois, três meses numa fábrica. Elas vão e voltam, ai quando chega o inverno, elas ficam em casa para trabalhar na roça, pra ajudar o marido, faz o almoço, vai à roça deixar almoço, volta, vai plantar feijão, e assim, todo tempo ajudando, já levanta de manhã já ajudando”.



E as formas de trabalho? E as tecnologias chegaram ao campo? Quando questionada sobre as mudanças no trabalho da roça, outra camponesa responde:

“O que mudou é a ajuda que tem de trator, cultivador, toda a ajuda que tem, por que antigamente era só a enxada, cansado, agora já tem essas ajudas, até que piorou em outras coisas, quando não tinha trator tinha serviço pro jovem na comunidade, agora já com as máquinas industriais...”

A tecnologia aparece de forma ambígua, tanto para amenizar o esforço do trabalho pesado da roça, como para diminuir a oferta de trabalho para os jovens. Além das mudanças na infra-estrutura, outras ocorreram com relação ao trabalho, outras fontes de renda, outras atividades chegaram às famílias e algumas delas contemplam as mulheres e de certa forma reverte a posição das mulheres.

“Eu sou aposentada, a maior renda é minha mesmo e ele colabora, mas às vezes é o marido. Eu acho que não tem nenhum problema, se a maior renda é da mulher ela vai fazendo o que pode, um ajuda o outro, ajuda o marido e mantém a casa”.

Além da aposentadoria, as mulheres camponesas vêm buscando alternativas de renda, principalmente através de grupos produtivos organizados, cooperativas, entrada no mercado de trabalho remunerado, no mercado informal. Contudo, as atividades continuam se concentrando em serviços domésticos, trabalho familiar agrícola e artesanato. A venda de pequenos animais, ovos, queijo e artesanato, aparecem na renda familiar como recursos excedentes.

A divisão sexual do trabalho não é exclusividade da família, mas também de outros espaços como os sindicatos e os movimentos sociais, que também afirmam divisões de atividades por sexo.

Segundo Carvalho (2005), as múltiplas formas de reprodução social das famílias geram uma diversidade de situações que dificultam um enquadramento conceitual.

Uma inovação recorrente nas famílias das áreas de assentamento é o decréscimo das jovens no trabalho da roça. A justificativa para o trabalho esporádico na roça é a escola, no entanto, os rapazes também estudam e vão à roça todos os dias.

Sobre essa questão uma jovem esclarece:

“Desde oito anos assim que eu lembre já trabalhava com roça. Trabalhei até mais ou menos 2004 quando eu vim pra cá. Aí foram surgindo outras oportunidades, e devido também eu tá terminando o 2º grau, aí surgiu uma oportunidade, fui me desligando do campo”.

Segundo a jovem o assentamento traz novas possibilidades, a maioria das famílias antes de ocupar a terra vivia sob a condição denominada de moradores, agregados, e por isso, viviam subjugados aos patrões. Com a conquista da terra vem a emancipação, o acesso a novas oportunidades de trabalho e isso altera padrões modos de vidas, hábitos familiares.

Como relata a jovem:

“Acho que uma coisa que já mudou muito assim é aquelas rodas de conversas, o pessoal sentava para conversar à noite, ou entre as madrugadas, não existe mais não esses tipos de conversas. A televisão hoje..., o pessoal deixa de conversar para assistir novela. Não tem mais aquela integração da família, antes era com a família, era com os vizinhos para conversar e aquilo passava o tempo de distração. E hoje existe mais muito pouco”.

2.1 Processo de mudanças de normas, papéis e valores sociais

As transformações e/ou deslocamento de papéis, comportamentos e valores no campo, não têm significado ou abrangência uniforme no sentido temporal e espacial. As mudanças nas famílias têm sua própria dinâmica, evocam uma dança circular, isso porque podem ocorrer de forma lenta, outras vezes mais rápida. Em um mesmo assentamento observam-se situações de famílias conservarem valores mais tradicionais e outras incorporarem valores modernos, ou em uma mesma família coexistir em diferentes situações valores



tradicionais e modernos. Como diz Aboim (2006: 27) “família e mudança são palavras que surgem inevitavelmente acopladas”.

As mudanças nas famílias são mais perceptíveis quando vistas sob a perspectiva geracional. A juventude rompe com determinadas regras e normas, que pode ser percebida quando expressa desejo de liberdade, autonomia e independência, quando luta por fazer suas escolhas, ter renda própria, manter relação para fora do mundo rural e pelo direito de ser jovem. As mulheres adultas e jovens reconhecem e/ou lutam pela igualdade de direitos. Os desejos e sonhos têm se efetivado na mobilidade campo-cidade, no investimento na escolaridade, essa forma de pensar e agir aponta para o que Aboim (2006) denomina no seu estudo sobre família como sinais de individuação.

Os valores estão sempre identificados com uma determinada geração, em um espaço sócio-histórico, até por que, uma geração tem a possibilidade de participar dos mesmos eventos, de viver experiências semelhantes, embora a questão da idade não seja um fator puramente mecânico (Mannheim, 1990). Além da geração existem outras condições importantes que influenciam na formação e mudança de valores dos indivíduos e que não podem deixar de ser considerados, como a classe social, a etnia e o género.

Ainda na perspectiva da geração, Pais (1998) se reporta aos valores juvenis e sobre a influência e sedução que os mesmos representam para as gerações mais velhas na sociedade atual. Os movimentos juvenis têm sido importantes portadores dos valores juvenis visibilizando transformações de atitudes, condutas e valores. Essas inovações são criticadas, mas também assimiladas por gerações anteriores.

O relato de uma camponesa é esclarecedor:

“Antigamente era muito diferente, nunca fui uma festa na minha vida, hoje a liberdade é muito pro jovens. Em uns pontos é bom pra quem sabe aproveitar, mas pra quem não sabe é uma perdição”.

A liberdade é um valor, um direito, uma necessidade compartilhada por jovens e adultos. Nas últimas décadas do século XX, percebe-se mais flexibilidade dos pais, eles já não agem com tanta severidade, vigilância e punição, há mais liberdade no seio da família, principalmente em face da geração anterior, resultado do que Therborn (2006) analisou como uma onda mundial de mudanças na família ocorrida a partir de 1900, que impulsionam transformações sociais e legais. O autor destaca alguns dos principais fatores que ocasionaram essas mudanças: o enfraquecimento do patriarcado e a influência dos Movimentos feministas.

A liberdade no interior do grupo familiar abalou valores enraizados nas famílias, pois no processo de socialização, os pais, para ter o controle dos filhos, usavam a vigilância e exigiam a obediência como um valor imprescindível. A obediência é um valor que se refere a uma conduta proveniente de uma hierarquia, no caso da família, a de seguir a ordem do pai, cumprir deveres. Como refere-se uma camponesa:

“A mãe criou nós, obedecendo a ela e ao papai, se papai não deixava ir ao passeio a gente não ia, ia era cantar e fazer o que tinha pra fazer, aí do mesmo jeito é o meu também, foi criado assim, a gente não obrigava a eles a fazer as coisas não a gente conversava, eles não me dão trabalho não”.

Essa fala reflete sobre mudança e permanência, valores que devem ser preservados na família, mas sob outros métodos. O diálogo aparece como meio de negociação entre pais e filhos, não mais pela relação de mando e obediência.

Sob o olhar de uma jovem a obediência é revista e ressignificada.

“A gente perdeu mais aquele respeito de obedecer e a gente quer mais assim tá sempre fazendo o que quer. Até um conselho que o pai ou a mãe dá a gente aceita, mas já tem que discutir aquilo dali. Não se aceita totalmente”.

Novamente aparece a questão do diálogo, da argumentação, não há uma aceitação pacífica, como diz Pais (1998) “é como se os processos de socialização tivessem sofrido uma inversão de sentido”. Isso significa um processo de troca de saberes na relação entre pais e filhos, uma via de mão dupla.



As mudanças ocorridas na sociedade permearam a família camponesa e seus valores, como a tradição, por exemplo. Isso permite flexibilidade na manutenção da disciplina e no respeito aos padrões morais conservadores. As famílias já não conseguem mais ser regidas apenas por modelos e valores tradicionais, as novas gerações do campo vivem situações diferentes das anteriores, com relação à comunicação com o meio exterior, o acesso e permanência na escola. Como diz essa jovem:

“Acho que mudou muito, porque antes a obediência e o respeito existiam muito e hoje não existe mais. Até porque a gente, e até eu tô no meio, vê que o tempo passou e não é mais aquele, as coisas tão mudando e a gente também não pode ficar mais naquele tempo, o nosso é outro tempo, então muitas vezes a gente nunca aceita uma coisa que eles falam que eram do tempo deles e que agora já mudou”.

As tensões e resistências são vivenciadas quotidianamente, nos mais diversos aspectos. A geração mais nova tem outras oportunidades e experiências que modificam sua forma de viver e pensar o mundo. Essa jovem, por exemplo, é professora do assentamento, enquanto seus pais são analfabetos e vivem do roçado.

Em todos os assentamentos os mais novos têm mais escolaridade que os mais velhos, têm mais acesso a informações, o que não invalida o saber das gerações anteriores, o significado da terra e alguns símbolos e padrões culturais ainda marcantes na família camponesa.

A honestidade, por exemplo, é um valor muito forte entre essas famílias, é uma condição de sobrevivência, de responsabilidade para satisfazer suas necessidades.

Como fala uma camponesa:

“Meu pai dizia que a gente vivesse à custa do seu suor, nunca pegasse nada de ninguém. Eu acredito que passei pra meus filhos, não pegar nada de ninguém, ter somente o que é seu e lutar pela uma vida digna, tenha força de lutar não desanime e pela união também”.

A honestidade é um valor moral, pois distingue entre o certo e o errado, o justo e o injusto. Ser honesto é um dever incorporado à cultura camponesa, significa não roubar, não enganar, viver do seu trabalho. Este é um valor que permanece no julgamento da geração mais nova.

As mães falam da importância de repassar valores morais para os filhos, também não ignoram, e às vezes até concordam com as mudanças de atitudes, condutas e valores hoje presentes no ambiente doméstico, mas consideram que em alguns aspectos a mudança foi radical ao se passar de valores autoritários para valores libertários.

2.2 Casamento e maternidade

O casamento é movimento, com funções e finalidades que se modificam em épocas e culturas diversas. Essa fluidez me faz pensar que o casamento deve ser estudado através dos signos de movimento. Afinal o que é o casamento? União entre indivíduos? Alianças entre grupos de parentesco? Reconhecimento da filiação? Controle da sexualidade feminina? Necessidade de força de trabalho?

Sociedades e culturas encontram na instituição social do casamento uma forma de estruturação da família, através do casamento o sistema de parentesco e o sistema sexo/gênero se afirmam. Como diz Rubin (1993:11), “os sistemas de parentesco repousam sobre o casamento. Portanto eles transformam machos e fêmeas em ‘homens’ e ‘mulheres’”. Além de estabelecer regras e condições para a efetivação do casamento a mãe e dona de casa é o papel que as mulheres devem desempenhar na estrutura familiar, é o seu lugar social definido pelo casamento. “A instituição social do casamento e seu colorário, a maternidade, aparecem como elementos constitutivos do ‘ser mulher’ enquanto lócus ideal do feminino” (Swain, 2000:54). Segundo a autora essas representações cristalizadas que constroem os sistemas de casamento reforçam a reprodução e heterossexualidade.

Saraceno et al. (2003) afirmam que no casamento há necessidade de haver diferenças de gênero, elas explicam utilizando exemplos das sociedades ocidentais e de tribos como os Nuer, e constatam que “o único elemento que nas várias culturas se encontra de modo uniforme no casamento é a condição de, entre



as unidades que o compõem, haver tanto homens como mulheres: se não biologicamente, definidos sociologicamente como tal” (2003:124). Com isso, as autoras confirmam que a instituição social do casamento atribui uma posição dos indivíduos no sistema de sexo/gênero.

A crítica feminista contemporânea questiona esse regime de verdade, e, como diz Barbieri (1993), é preciso pensar o sistema sexo-gênero aberto, com seus múltiplos gêneros e não somente binário.

Nos assentamentos percebe-se que ainda não há abertura para pensar processos que desconstruam essa lógica, mas entre as gerações de mulheres se percebe que existem práticas diferentes com relação ao casamento. Como relata a camponesa:

“No meu tempo a gente fazia era casar mesmo, hoje faz é se juntar é muito diferente, os namoros eram de respeito”.

O aumento da coabitação por casais jovens é uma prática nos assentamentos rurais, mas também é um dado demonstrado em diversas investigações em países do ocidente (Saraceno et al., 2003), (Aboim, 2006).

Como afirma a jovem:

“Agora mesmo, acho que a uns dois meses atrás dois jovens se juntaram, acho que ela tem uns vinte... ele tem vinte e eu acho que ela tem uns vinte e dois”.

Embora haja recorrência dessa prática, existe resistência tanto pelas mulheres adultas como jovens, pois o modelo matrimonial é ainda incorporado como valor religioso e legitimação social.

A jovem continua:

“Eu acho que o casamento é um valor né? Porque uma pessoa pra se casar, ela não vai só se juntar precisa ter um casamento e o casamento ficou como um valor entre o ser humano”.

Além de ser precedido pela coabitação, o casamento já não é visto pelos mais jovens com a obrigatoriedade de durar para toda a vida. Dessa forma, a coabitação é uma experiência que pode ou não resultar em casamento.

“Tem uns que ficam todo o tempo juntos mais tem outros que passam três meses aí se separam. Muitas moças quando separam voltam pra casa, outras nem voltam, ficam morando com parentes, aí fica aquela questão de ficar namorando com um e com outro sem ter coisa certa, às vezes até aparece uma gravidez, aí após a separação ela tá grávida fica sem os pais querer que ela volte pra casa, aí vai pra casa dos outros, aí é uma coisa muito complicada”.

Embora a virgindade já não consista em uma condição para o casamento e as mães solteiras não sejam mais expulsas de casa, as jovens ao deixarem sua família para viver com um namorado fazem uma ruptura com certas regras e valores familiares, portanto, após a separação se encontram geralmente em três tipos de situação: ou retornam à família e são cobradas continuamente pela sua conduta com relação às relações afetivas e práticas sexuais, ou recebem pressão familiar para assumir a maternidade, quando estão grávidas, ou ainda passam a morar com parentes para desfrutar a liberdade conquistada, ou seja, abdicar da tutela dos pais.

Mesmo conhecendo informações sobre os métodos contraceptivos, e tenham dissociado a maternidade das práticas sexuais, ainda ocorre gravidez indesejada e a coabitação em decorrência da gravidez.

É importante também enfatizar que muitas jovens investigadas quando projetam seu futuro, revelam desejo de concluir os estudos e/ou conseguir um emprego, o casamento e a maternidade não aparecem como prioridades. Isso não significa que as jovens rejeitem a função social da maternidade, mesmo porque elas foram socializadas para assumir a maternidade como destino, como processo natural do corpo reprodutor, apenas coloca o casamento e a maternidade para um momento posterior.



3 Considerações Finais

Que composição estética pode ser visibilizada no sistema sexo/género? Que movimentos corporais estão sendo coreografados nos espaços diversos para mostrar o novo nas relações de género? Que nova coreografia o sistema sexo/género tem operado para modificar os papéis sexuais obrigatórios?

Pensar mudanças no sistema sexo/género vai para além de estudá-lo como conjunto de práticas, representações cristalizadas, símbolos, normas e valores (Barbieri, 1993), é preciso interrogar sobre esse sistema binário, que naturaliza a divisão sexuada do mundo.

É importante, como diz Swain (2000:61), passar para outra dimensão de análise, “em lugar de considerar a diferença sexual, observamos a diferenciação social dos sexos, a construção social desta diferença, os mecanismos, as estratégias, o desvelamento, enfim, as representações que a fundam”.

As novas visibilidades com relação ao sistema sexo/género não são universais, mas regionais e locais, percebe-se, por exemplo, que a dominação masculina difere nas diversas etapas da vida e depende de inúmeros fatores, como da composição familiar, da posição que homens e mulheres ocupam, dos papéis que desempenham.

Com relação a questões ligadas ao corpo, à sexualidade e aos valores morais e religiosos observa-se que a virgindade já não é um bem que deve ser conservado e avaliado, o casamento religioso não é mais uma exigência obrigatória para coabitação, a gravidez fora do casamento, embora seja bastante criticada na comunidade, tem uma certa tolerância da família.

O diálogo entre pais e filhos foi registado em pesquisa quantitativa e qualitativa nas áreas de assentamentos rurais. O diálogo familiar tem diminuído a distância hierárquica entre gerações e géneros, a submissão frente à autoridade e disciplina e gerando uma certa cumplicidade, isso pode ser percebido nas conversas sobre namoro, sexo e contraceptivos.

As transformações nas famílias chegam lentamente, algumas vieram em forma de lei e outras em mudanças de valores. Em determinadas localidades há mulheres que têm sua própria renda, em muitos assentamentos as mulheres têm organizado grupos de produção, em todas as etapas da vida as mulheres têm mais escolaridade e a mobilidade no sentido campo-cidade é em sua maioria feita por mulheres jovens.

Os sistemas sexo/género, como diz Rubin (1993) “são produtos da atividade humana histórica”, portanto, sofrem transformações que são afirmadas ou negadas no interior da família.

Referências Bibliográficas

ABOIM, Sofia. (2006), *Conjugalidades em Mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

BARBIERI, T. (1993), *Sobre a categoria género: Uma introdução teórico-metodológica*. Recife, SOS Corpo, Género e Cidadania.

BORGES NETO, Hermínio. (2007), *Ampliação Centros Rurais de Inclusão Digital – CRID*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Fundação Cearense de Pesquisa/ Laboratório de Pesquisas Multimeios.

CARVALHO, Horácio M. (2005), *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis-RJ, Vozes.

CASTELLS, M. (2002), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. I: *A Sociedade em Rede*. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian.

CHAYANOV, A. V. (1974), *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión.

CPT- Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo Brasil 2006*, nº 187, abr/2007



- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (1997). Mil Platôs. São Paulo: Ed. 34.
- FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (1999), Quadrilha Junina, Protocolo disponível em: www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet, [Data de acesso: 2 de Abril de 2007].
- GOUVEIA, V. V. (2003) “A natureza motivacional dos valores humanos: evidências acerca de uma nova tipologia”, Estudos de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba vol.8, nº.3.
- GUATTARI, F. (1992), Caosmose: um novo paradigma estético, Rio de Janeiro, Ed. 34.
- MANNHEIM, K. (1990). Lê problème dès générations. Paris: Éditions Nathan.
- MARTINS, J. S. Os Camponeses e a Política no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1986
- PAIS, José M. (org.). Gerações e Valores na sociedade portuguesa contemporânea, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Sec. de Estado da Juventude, 1998
- PORTO, J. B. e TAMAYO, Á. (2003), “Escala de Valores Relativos ao Trabalho”, Psicologia: teoria e pesquisa, Brasília, UNB, V. 19, nº 2.
- RUBIN, G. (1993), O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo, Recife, SOS Corpo – Gênero e Cidadania.
- SALES, Celecina M. V. (2006a) Criações Colectivas da Juventude no Campo Político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST, Fortaleza, Banco do Nordeste.
- _____ (2006b), Jovens Nômades, Jovens da Terra, In MATOS, K. S. L. et al (org.). Jovens e Crianças: outras imagens, Fortaleza: Ed. UFC.
- SARACENO, C. e NALDINI, M.(2003), Sociologia da Família, Lisboa, Ed. Estampa.
- SAUER, Sergio. (2003), “A questão agrária no Brasil”, Palestra sobre reforma agrária, promovida pelo Fórum Cearense pela Vida no Semi-Árido.
- SHANIN, Teodor. (1983), La clase incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo, Madrid, Alianza Editoria.
- SWAIN, Tania N. “A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário”, Feminismo: teorias e perspectivas: Revista do Prog. de Pós-graduação em História da UNB, Brasília, UNB, V. 8, n. 1/2
- THERBORN, G. (2006), Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000, São Paulo, Contexto.
- VICENTE, P. V. e MARIANO NETO, B., (2003), Revista Pós-Graduandos de Sociologia da UFPB, João Pessoa, nº 4.
- WOLF, Eric. (1976), Sociedades Camponesas, Rio de Janeiro, Zahar.